TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4º REGIÃO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

REGISTRO DE REUNIÃO

1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data	02/dezembro/2022	Horário início	10:30	Horário término	12:00
Tipo	Reunião do Comitê de Governança de TIC				
Local	Google meet				
Objetivo/Pauta	 Última reunião do Comitê de Governança de TIC do ano de 2022, a fim de apresentar as principais ações realizadas pela SETIC durante o ano. 				

2. PARTICIPANTES

Nome	Cargo			
Membros do Comitê de Governança de TIC:				
Des. CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA	Presidente do Comitê de Governança de TIC, eleito pelo Tribunal Pleno			
Des ^a . DENISE PACHECO (ausência justificada)	Eleita pelo Tribunal Pleno			
Des. MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO	Eleita pelo Tribunal Pleno			
Juiz ARY FARIA MARIMON FILHO	Juiz Diretor do Foro Porto Alegre			
Juiz EVANDRO LUÍS URNAU (ausência justificada)	Eleito pelos juízes de 1° grau em atividade			
Juiz LEANDRO KREBS GONÇALVES (ausência justificada)	Juiz Auxiliar da Corregedoria, representante da Secretaria da Corregedoria			
REJANE CARVALHO DONIS Substituída na reunião por: JOÃO HENRIQUE DE LIMAS RIBAS	Representante da Diretoria-Geral			
ADOLFO MARQUES PEREIRA	Secretário-Geral Judiciário			
ANDRÉ SOARES FARIAS	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações			

Demais participantes:			
ALBERTO DANIEL MULLER	Coordenador de Gestão e Apoio à Governança de TIC		
PAULO MENDES RIBEIRO JÚNIOR	Coordenador de Infraestrutura Tecnológica		
DENILSON RIBEIRO DE QUADROS	Coordenador de Serviços de TIC		
PAULO ROBERTO SCHMITT DO CARMO	Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas		
PABLO PAULO LOPES BARROS Substituído na reunião por: ALEX RISICATO FAGUNDES	Coordenador de Implantação de Sistemas		
LUCAS POZATTI Substituído na reunião por: CHARLES FERREIRA FALCÃO	Coordenador de Segurança da Informação e Proteção de Dados		
ALDO DA SILVA JARDIM	Secretaria Geral Judiciária		
CINTIA FRIGO PETUCO	Assistente-chefe do Escritório de Projetos de TIC (redatora da ata)		

3. PAUTA

3.1 Apresentação: Encerramento 2022

-André Farias esclareceu que o objetivo dessa reunião é realizar uma prestação de contas sobre as principais ações que aconteceram durante o ano de 2022 na SETIC. A reunião foi baseada num arquivo de apresentação.

Assuntos abordados:

1) Periodicidade reuniões do Comitê de Governança de TIC:

SETIC sugere que as reuniões do Comitê de Governança sejam bimestrais, para termos uma periodicidade definida e uma maior frequência para atualização dos assuntos junto aos membros do Comitê, além de atender ao iGovTIC, que indica essa mesma periodicidade. A sugestão foi aceita e as reuniões serão a princípio: final de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro, com flexibilidade para ajustes e realização de reuniões adicionais em meses ímpares, caso necessário.

2) Aprovações Pendentes:

André Farias informou que enviou um e-mail único ao Comitê de Governança de TIC, solicitando aprovação para os quatro itens a seguir:

- -Revisão dos Processos da SETIC: anualmente a SETIC realiza a revisão de seus processos e realiza as mudanças necessárias. As revisões foram feitas e os ajustes foram realizados, inclusive em indicadores solicitados pelo CSJT.
- -Plano Anual de Capacitação 2023: contendo os treinamentos planejados para 2023.

- -Revisão das Atribuições da SETIC: devido à reestruturação que aconteceu em todo o Tribunal.
- -Revogação das Portarias 5.759/2016 e 3.653/2017: que regem o Planejamento Estratégico da SETIC. Desde a ENTIC-JUD, as TIs não realizam um Planejamento Estratégico próprio e com isso, essas portarias precisam ser revogadas.

Após explanação, os quatro itens acima foram aprovados na presente reunião, sendo desnecessário o retorno via e-mail. Vide conteúdo detalhado no ANEXO II.

3) Incremento do corpo técnico:

André Farias informou que 15 novos colegas entraram na SETIC por meio do último concurso e além desses, 1 técnico foi destinado à SEAUDI. A SETIC conta agora com 122 pessoas. O CNJ indica um mínimo de 137, resultando em um déficit de 15 pessoas.

4) iGovTIC (índice de Governança de TIC):

Em 2021 nosso índice foi de 85,98, o que nos classificava como nível de "aprimorado". Em 2022 ficamos com o índice em 89,62, o que nos levou a evoluir para o nível de "excelência", pela primeira vez. Com essa pontuação ficamos em 3º lugar em toda a JT, 5º entre os 26 Tribunais do Poder Judiciário de grande porte e 13º no geral, de um total de 93 Órgãos do Poder Judiciário.

5) Alvarás Eletrônicos:

O incidente sobre os Alvarás Eletrônicos ocorreu em processos da 80ª VT do TRT1, devido à emissão fraudulenta de certificados digitais, possível de ser realizada por falha no procedimento da autoridade registradora. Assim que tomamos conhecimento do incidente, retiramos os sistemas do ar (SISCONDJ e SIF), o que ocorreu numa sexta-feira e no sábado foram tomadas ações definidas em conjunto com a administração, as quais foram consideradas suficientes para colocarmos de volta dos sistemas em operação: acesso restrito dentro da rede física interna do TRT4 e segregação de função no SISCONDJ. Com isso, na segunda-feira o nosso TRT foi o único Tribunal da JT a colocar esses sistemas no ar, não ficando nenhum dia útil sem sua utilização.

Em paralelo, foi feita uma pesquisa em certificados digitais fora do padrão. Os poucos casos identificados foram consultados e estavam ok.

Para uma maior segurança, no momento esses sistemas estão disponíveis para acesso apenas na rede física interna do Tribunal, não podendo ser acessada via ETR. Estamos em processo de estudo para liberação de uma solução VPN para acesso remoto seguro (2FA) para ser possível o acesso remoto, inclusive com autenticação em 2 fatores (login na rede e geração de código em seu celular pelo google authenticator), para aumento da segurança.

Adolfo considerou que, em reunião nesta semana do Coleprecor em Foz do Iguaçu, a SEGJUD do TRT1 informou que o problema ocorreu na confecção de certificado digital com documentação falsa, o que envolve a polícia federal e demais órgãos do governo. Foram escolhidos processos que estavam arquivados há muito tempo e por isso a demora na identificação.

Dr Cassou salientou a importância desse tema, visto que o certificado digital é um dos pilares para a automatização das questões atuais. É uma questão essencial e muito crítica, que precisa ser confiável.

André Farias informou que o ITI (instituto do governo federal) está liderando um trabalho para revisão geral da emissão de todos os certificados digitais e de todos os alvarás emitidos por meio de certificados digitais. Ainda, que CSJT / CNJ estão trabalhando numa autenticação de duplo fator, que exigirá autenticação adicional para "habilitar" novo certificado digital antes do seu primeiro uso, a fim de validar o certificado emitido.

6) Ações de Inovação:

André Farias mencionou o papel do Comitê de Inovação do TRT4 e salientou algumas ações:

- -Automatiza TRT: nosso conjunto de robôs, que ganhou o prêmio de inovação da ExpoJud neste ano. Até agora, foi eliminada a necessidade de mais de 20 milhões de cliques, equivalente ao trabalho mensal médio de 26 servidores ou mais de 30 anos considerando apenas 1 servidor. Alguns dos benefícios são a automação, padronização e redução de falhas.
- -Assistente de Minutas: atualmente em fase de validação do protótipo, para posteriormente ser avaliado sua viabilidade técnica. A solução se utiliza de automação e inteligência artificial, que por meio de perguntas e respostas indica uma minuta inicial de sentença, nesse primeiro momento para os casos de verbas resilitórias. O projeto conta com a participação da Juíza Rozi para validação e acompanhamento. Assim que tivermos uma solução consistente e validada, os resultados serão apresentados ao Comitê de Inovação para avaliação dos próximos passos, assim como ao Comitê de Governança.
- -Veritas (convênio com o TRT12): solução de geolocalização. Permite que o magistrado visualize na tela as regiões que aquele celular esteve em determinadas datas e horários, a partir de informações de antenas da operadora. Outra opção seria o magistrado solicitar para a parte baixar um arquivo de seu celular que registra essas informações e o magistrado pode utilizar esse aplicativo para ler esse arquivo. A previsão é que o TRT12 nos disponibilize a solução ainda neste mês de dezembro.
- -Transcrição Atas de Audiência: será formado um grupo de trabalho para avaliar soluções disponíveis no mercado a fim de propor uma solução para o TRT4, indicando viabilidade e benefícios. Sabemos que é mais fácil ler a ata a fim de achar os textos relevantes do que escutar toda uma audiência gravada. Além disso, Dr Cassou ressaltou que recebeu contato de um Gabinete que tem uma assistente surda. O relato descreve a dificuldade e até mesmo a impossibilidade que a servidora tem em acessar as provas que estão exclusivamente em áudio. Esses fatores ressaltam a importância da transcrição das atas de audiência, visto que além de servidores, podemos ter advogados nessa situação. Dra Maria Silvana informou que tem uma servidora deficiente auditiva e que sua equipe de trabalho avalia os processos a fim de encaminhar para ela apenas os que não possuem os artefatos em áudio.

7) Ações de Nacionalização de Sistemas:

- -Pangea (pesquisa de precedentes qualificados): é um sistema desenvolvido pelo nosso Tribunal. Está em avaliação pelo CSJT para uso nacional. Já passou por validação de 3 outros Tribunais. Aguardando nova administração do CSJT conhecer a ferramenta e realizar as definições. Além de precedentes qualificados, a ferramenta disponibiliza textos para o recurso de revista e gabinetes colocarem seus textos e acharem os modelos mais adequados de serem utilizados.
- -Desenvolvimento PJe: Nós concluímos todas as implementações determinadas pelo CSJT dentro do projeto iniciado 3 anos atrás, de migração do PJe 1.0 para a nova arquitetura do PJe 2.0 e continuamos auxiliando numa série de questões. Dr Bráulio, que está à frente do CSJT, tem a intenção de que o PJe da JT migre aos poucos para a plataforma PDPJ criada pelo CNJ, para que aos poucos se aproxime do PJe do CNJ. Teremos reunião semana que vem das TIs das JTs para que seja esclarecida a estratégia nacional. Importante salientar que, conforme a estratégia adotada, pode aumentar ou não os prazos para reduzir a velocidade de aprimoramento do PJe da JT. Dr Cassou alertou que o PJe da JT também é muito diferente do PJe do CNJ, inclusive sendo um sistema mais moderno, solicitando atenção nesse trabalho, evitando retrocessos.

8) Serviços de TIC:

Denilson destacou algumas das principais ações realizadas pela Coordenadoria de Serviços de TIC, como:

- -Renovação de desktops: com substituição de quase 1.100 computadores.
- -Renovação de notebooks: entregues 174 de notebooks HP G8 (60% do total). Denilson alertou que a entrega de notebooks para magistrados está estagnada, pois todos que solicitaram a troca (60%) já trocaram e estamos no aguardo das solicitações dos demais. Talvez seja necessário um reforço e nova ação de divulgação e incentivo para a troca. É importante que a troca aconteça o quanto antes devido aos prazos de garantia que já estão em andamento.

Foram entregues também 140 notebooks HP G7 para assessores/assistentes de Juiz de 1º Grau. Pela primeira vez estão sendo entregues notebooks novos para esses servidores.

Iniciada redistribuição dos notebooks Dell recolhidos dos magistrados, para VTs, Postos, Gabinetes, EJ, Secretarias de Turma e CCDFs. Já foram redistribuídos 127 no total.

Durante a reunião, Dr Ary questionou essa situação das trocas dos notebooks na lista da Direção do Foro e uma colega indicou que um dos motivos seria a necessidade da entrega de dois notebooks para o recebimento de um novo. André Farias esclareceu que foi uma definição junto à Presidência, sobre a entrega dos notebooks antigos da marca Positivo, pois realmente são muito antigos e provavelmente vão necessitar manutenções em breve.

- -Atendimento dos chamados: atendidos até o momento 24 mil chamados. 92% dos chamados iniciados em menos de 20 minutos. 88% dos chamados finalizados dentro dos prazos (se considerarmos os últimos 6 meses esse percentual sobe para 96%). E temos 98% de aprovação dos usuários na pesquisa de satisfação.
- -Adaptação das salas de audiências para o modelo híbrido: modelo aprovado foi a utilização de mesa de som e 05 microfones unidirecionais por sala de audiência. Estamos com dificuldade em conseguir orçamentos e com isso, o processo vai se estender em 2023.
- -Aquisição de Webcams: aguardando para semana que vem o recebimento de 510 webcams já compradas. Elas serão distribuídas de acordo com a consulta realizada junto às unidades do TRT4. Para Gabinetes, VTs e Postos, por exemplo, serão fornecidas 2 webcams a mais.

9) Desenvolvimento de Sistemas:

Paulo do Carmo apresentou algumas das principais ações realizadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento de sistemas, como:

- -Portal Público com dados de Transparência para o SILC-JT: na página do TRT4, na área de transparência, o portal disponibiliza todos os contratos e licitações que foram e estão sendo feitas.
- O portal anterior era deficitário e com ele não atendíamos a pontuação máxima de transparência e a partir dessa implantação que aconteceu mais no início do ano, atingimos a pontuação máxima exigida.
- -Implantação completa do SIGEP/Folha WEB: nova folha implantada e não se fazem mais pagamentos utilizando a folha legada.
- **-eSocial:** todos os envios de dados para a Receita Federal foram feitos dentro dos prazos legais das fases até o momento previstas.
- -Consulta de contracheques: disponível no SIGEP-Online.
- -Arquivados provisoriamente: foram selecionados 9 mil processos físicos que estavam arquivados provisoriamente no Infor até 1999, os quais tiveram seus despachos e notificações emitidos e posteriormente, sendo possível realizar o arquivamento permanentemente de 7 mil processos. Essa ação elimina a necessidade de digitalização e migração para o PJe para esses processos arquivados permanentemente.

- -AeroPaula: realizada manutenção para acessibilidade a portadores de deficiência auditiva, com a indicação visual do anúncio de uma audiência.
- **-Painéis de BI:** para apoio à decisão. 90% dos painéis são da área judiciária. E recentemente temos investido em painéis da área administrativa, como os contidos na apresentação.

10) Implantação de Sistemas:

Alex Fagundes apresentou algumas das principais ações realizadas pela Coordenadoria de Implantação de Sistemas, como:

- -Precatórios e RPVs: realizamos a migração de 7.765 precatórios dos exercícios 1997 a 2020 que estavam no sistema antigo regional PRECAT e os importamos para o sistema novo nacional GPREC. Trabalho realizado entre SETIC e JAP, com duração de 2 anos.
- **-PREÁ:** um dos robôs que tem como funcionalidade fazer autuação desses precatórios no PJe do 2º grau, facilitando o trabalho operacional. Esse robô, desenvolvido pelo TRT4, já nasceu nacional por solicitação do TST.
- -RDC-Arq: repositório arquivísticos digitais confiáveis, que conta com a parceria do Ibict. Seu modelo é dividido em três etapas básicas: extração dos dados do PJe no final do processo; manutenção desses processos no repositório que mantém a cadeia de custódia e todas as normas arquivísticas; e consulta para os pesquisadores. Alex apresentou o cronograma do projeto. A previsão é que até junho de 2024 o sistema esteja implantado no nosso Tribunal (será o piloto), para que posteriormente possa ser implantado nos demais.

11) Infraestrutura Tecnológica:

Paulo Mendes apresentou algumas das principais ações realizadas pela Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica:

-Nova SD-WAN: Paulo Mendes explicou a planilha apresentada com o cronograma e capacidades das redes, utilizando Arroio Grande como exemplo. Nessa localidade, a rede atual das unidades possuem um combinado de 2 links, sendo um de 2 Mbps e um de 4 Mbps. No novo projeto, que está em vias de assinatura do contrato, estão sendo contratados 2 links de IP dedicados de 50 Mbps e 1 link ADSL como reforço de 100 Mbps. Ou seja, atualmente temos um combinado de 6 Mbps e teremos um combinado de 100 + 100 Mbps.

Além do aumento significativo, se considerarmos o pior cenário em que apenas 1 link esteja em funcionamento, atualmente teríamos 1 link de 2 e com o novo projeto teríamos 1 link com 50 Mbps, indicando um aumento grande de largura de banda.

André Farias ressaltou que esse é um projeto extremamente importante. Um dos motivos é a utilização do Zoom no interior, que apresenta baixo desempenho. Dr Cassou ressaltou que as reclamações diárias nesse sentido. André Farias informou também que esse foi um problema decorrente da pandemia, que está afetando toda a Justiça do Trabalho e que nosso Tribunal é um dos mais adiantados na busca dessa solução.

Paulo Mendes salientou que o prazo para instalação após assinatura do contrato é que 30% das localidades sejam atendidas em 120 dias e a totalidade seja atendida em 150 dias. A expectativa é que em maio/23 tenhamos a rede implementada.

-Migração telefonia para VoIP: está em andamento a troca de aparelhos analógicos por aparelhos IP, com previsão de término até maio/23. A importância dessa migração é deixar de utilizar a tecnologia analógica, que apresenta alguns problemas como a falta de oferta de linha, falta de mão-de-obra especializada e menor segurança, visto que já tivemos vários problemas com eletricidade na linha analógica, queimando centrais telefônicas como em Viamão e até mesmo incêndios como o acontecido em Guaíba.

11) Segurança da Informação e Proteção de Dados:

Charles apresentou algumas das principais ações realizadas pela Coordenadoria de Segurança da Informação e Proteção de Dados:

- -Tentativas de ataques frustradas pelo antivírus ou firewall: apresentado levantamento contendo informações dos últimos 3 meses. Foram mais de 52 mil mensagens. Ele salientou que a média diária dos últimos 30 dias (111), é bem maior que a média diária dos últimos 90 dias (37), indicando que cada vez mais os atacantes estão tentando encontrar uma porta de entrada.
- -Solução de proteção de borda: a solução cria uma espécie de casca ao redor dos sistemas elencados, que foram a nossa internet (portal WWW), o PROAD e o PJe. A solução encontra-se implantada no WWW, será implantada na próxima semana no PROAD e em janeiro no PJe.

Com essa solução, as aplicações ficam mais protegidas contra tráfego malicioso, com menor exposição da estrutura do TRT4 na internet, possibilidade de ganho de desempenho e término de bloqueios por geolocalização.

-As demais iniciativas de segurança constam na apresentação e não serão abordadas na reunião devido ao curto tempo restante.

12) Gestão de Apoio à Governança de TIC:

Alberto Muller apresentou algumas das principais ações realizadas pela Coordenadoria de Gestão de Apoio à Governança de TIC:

-Nova ferramenta de gerenciamento de serviços (chamados):

Alberto Müller informou que o TRT está concluindo a contratação da nova ferramenta de gerenciamento de serviços. A intenção é que ela substitua os sistemas atualmente utilizados para abertura de chamados para a SETIC (Assyst) e para a área administrativa (TraceGP), as quais não são integradas e são instaladas fisicamente no ambiente do TRT4. A nova solução será em nuvem, com uma série de melhorias, como a possibilidade de abertura de chamados por meio do aplicativo de mensagens, além da disponibilização de um aplicativo para smartphone. A expectativa de implantação para os processos da SETIC é no primeiro semestre de 2023, com início nos demais processos no segundo semestre de 2023, como manutenção predial, limpeza e transportes.

Alberto Müller salientou que não tínhamos realizado uma aprovação específica das licenças desse produto para esse ano. Com isso, solicitou ao Comitê a aprovação do valor de R\$208.170,00 a contratar em 2022, referente a licenças da SETIC. Além disso, temos mais R\$153.000,00 da implantação dos processos da SETIC que vão acontecer no ano que vem, com orçamento de 2023. Considera-se os valores aprovados.

-Execução orçamentária 2022: com relação à execução orçamentária de 2022, temos um valor concedido de R\$21.962.151,00, com uma previsão de execução de R\$21.252.730,00, restando uma sobre de R\$709.421,00, que já foi acomodada pela área de orçamento (SA), ficando com uma boa perspectiva de execução.

Quanto à distribuição do orçamento, Alberto Müller salientou os de maiores proporções, que são os referentes aos equipamentos de infraestrutura como central telefônica, servidores e no-breaks. A parte de software referente à aquisição, manutenção e aluguel de software. Equipamentos de microinformática, que correspondem principalmente aos notebooks, monitores, scanners e webcams e por fim, o investimento em segurança da informação, na ordem de R\$3.900.000,00.

Müller salientou em relação à comunicação de dados, que mesmo com o novo projeto da SDWan e todo o aumento de capacidade, o custo aumentou muito pouco.

André Farias salientou o crescente investimento em segurança da informação. Em 2020 o investimento foi em torno de 150 mil reais, em 2021 em torno de 3 milhões e em 2022 mais de 3 milhões.

-Alberto Müller salientou que o Plano de Contratações consolidado do ano de 2022, com as alterações aprovadas pelo Comitê de Governança de TIC, será anexado na presente ata (ANEXO III). Além das aprovações tratadas na presente reunião, salientamos a alteração do valor do projeto da Central Telefônica (Voip), no qual tínhamos um orçamento aprovado em 18/fev de R\$1.000.000,00 e a contratação foi de R\$1.522.057,00. E os equipamentos da plataforma BIM - hardwares (ID81), que tínhamos um valor aprovado de R\$90.000,00 e foi contratado pelo valor de R\$195.217,00, pois não foi possível a compra de equipamentos comuns e tivemos que comprar workstations.

13) Por fim, André Farias compartilhou com o grupo a foto da festa de final da SETIC que foi realizada em novembro, já com a participação dos novos colegas. Os membros do Comitê parabenizaram o trabalho da SETIC e já anteciparam desejos de um bom final de ano.

Deliberações:

Contidas no decorrer do texto acima.